

e-SUSTAINABILITY2023

ATAS DO SEMINÁRIO DOUTORAL
DO DOUTORAMENTO EM SUSTENTABILIDADE SOCIAL
E DESENVOLVIMENTO



COORDENAÇÃO

CRISTIANE BARRETO, DÓRIS SAYAGO; JOÃO SIMÃO; JORGE TRINDADE;
MARC JACQUINET; SANDRA CAEIRO

TÍTULO

E-SUSTAINABILITY 2023 | ATAS DO SEMINÁRIO DOUTORAL
DO DOUTORAMENTO EM SUSTENTABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

PRODUÇÃO

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DIGITAL

EDIÇÃO

UNIVERSIDADE ABERTA 2024

COLEÇÃO

CIÊNCIA E CULTURA | N.º 28

ISBN

978-972-674-970-7

DOI

<https://doi.org/10.34627/uab.cc.28>

Este livro é editado sob a Creative Commons Licence, CC BY-NC-SA 4.0

De acordo com os seguintes termos:

Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional

Creative commons licence



ÍNDICE

Prefácio

01 | Território

Alexandre Castro | Sistema de indicadores com base nas metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ao nível local: o caso da sustentabilidade urbana da cidade do Rio de Janeiro

Simone Soares Oliveira | Capacidade estatal de mitigação de impactos ambientais em terras indígenas interceptadas por rodovias – O caso da BR-101/AL

Priscila Pimentel Jacob | Compacidade, densidade e sustentabilidade urbanas: uma avaliação da compacidade e da densidade urbanas nos centros urbanos globais entre 1975 e 2015 e suas correlações com indicadores de sustentabilidade

02 | Organizações e Governança

Elizabete Pontes | A relevância do reporte da responsabilidade social empresarial sobre catástrofes naturais

03 | Sociedade e Desenvolvimento Local

Elis Ossmane | Educação para a Sustentabilidade: Mundivisões e Mentalidades dos Professores no Ensino Superior

Maria Elvira Chipe | A proteção social à mulher rural do distrito de Massingir: uma análise do papel do programa de ação social produtiva (2012-2020)

Danilo Parbato | Participação feminina em ciências, tecnologias, engenharias e matemáticas, no ensino superior em Moçambique

Marisa Balas | Promoting women's land rights in sub-Saharan Africa: potential mitigation measures to gender inequality in land access and land tenure security a literature review



A RELEVÂNCIA DO REPORTE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL SOBRE CATÁSTROFES NATURAIS

Elizabete B. M. Sousa Pontes | elizabete.bm.pontes@gmail.com
Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, Universidade de São Tomé e Príncipe, São Tomé, São Tomé e Príncipe

João Miguel Custódio Ferrão Neto Simão | Joao.Simao@uab.pt

 [0000-0002-7274-8160](https://orcid.org/0000-0002-7274-8160)

Departamento de Ciências Sociais e de Gestão, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

Jorge Manuel R. Trindade | jorge.trindade@uab.pt

 [0000-0001-5610-5942](https://orcid.org/0000-0001-5610-5942)

Departamento de Ciências e Tecnologia, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a relevância dos Relatórios de Sustentabilidade (RS), enquanto instrumento de prestação de contas de atividades baseadas na responsabilidade social das empresas, associado a catástrofes naturais. Através da revisão de literatura, torna-se relevante analisar a necessidade do reporte de atividades de supostos esforços ancorados na responsabilidade social como contributo para o Desenvolvimento Sustentável (DS). A visão holística e sistémica do DS implica a participação das empresas que, por sua vez, exige o relato e comunicação de atividades importantes para se alcançar o DS, particularmente, diante do desafio das catástrofes naturais.

Palavras-chave: Relatórios de Sustentabilidade; Responsabilidade Social Empresarial; Catástrofes Naturais; Desenvolvimento Sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a sociedade tornou-se mais crítica relativamente à atividade empresarial e, conseqüentemente, muitas empresas foram obrigadas a repensar o seu comportamento ético, pressionados pela competitividade do mercado, tendencialmente globalizado. Com o desenvolvimento económico em harmonia com a preservação do meio ambiente, o almejado Desenvolvimento Sustentável (DS) passou a integrar a agenda política e a constituir prioridade de governos, organizações internacionais e empresas (Romeiro, 2012). O DS é definido como “(...) o desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de poderem satisfazer as suas” (WCSD, 1987: p.54). Esta definição de desenvolvimento, amplamente utilizada por governos, empresas e outras organizações (Gladwin *et al.*, 1995) aponta para a necessidade de melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas sem aumentar o uso dos recursos naturais para além da capacidade de carga do planeta.

Na visão de Wood (1991), a relação entre a sociedade e a empresa faz recair sobre esta última expectativas e responsabilidades em virtude do seu papel enquanto organização geradora de riqueza. Tal responsabilidade recai tanto sobre o seu comportamento, quanto sobre os seus gestores enquanto protagonistas morais dentro da esfera empresarial. Nesta senda, Tinoco & Kraemer (2004: p. 104) registam que “o reconhecimento da dimensão social das empresas exige que sejam criados instrumentos de demonstração dos atos e valores relevantes para a sociedade,

ou para os parceiros (*stakeholders*) da empresa e não apenas dos resultados económicos financeiros". Ou seja, essa necessidade emerge de um hiato de informações de cariz social que não estão contempladas nos relatórios tradicionais (demonstrações financeiras).

Assim, as tendências atuais apontam para uma nova forma de comunicar as questões sociais e ambientais (Bebbington & Gray, 1997; Larrinaga et al., 2002; Kolk 2004, 2005; Larrinaga et al., 2008) em complemento das informações económico-financeiras (Weber & Marley, 2012). Esse importante canal pelo qual as organizações procuram atender às necessidades de informação são os Relatórios de Sustentabilidade (RS) (Hahn & Kühnen, 2013). Atualmente, os relatórios relacionados à sustentabilidade tornaram-se numa prática dominante, de natureza voluntária (Burritt & Schaltegger, 2010; Chen & Bouvain, 2009; Herzig & Schaltegger, 2006; Schreck & Raithel, 2018) que, apesar da sua multiplicidade de designações, destacam-se por acentuar as atividades e impactos sociais e ambientais (Guthrie & Hacking, 2008; KPMG, 2008). Além disso, o *disclosure* é importante na medida em que contribui para a redução da assimetria de informação entre os gestores e os diferentes *stakeholders* da empresa, particularmente os investidores (Lins et al., 2010). Pesquisadores sugerem que a reputação das empresas pode ser aprimorada ao relatarem atividades não financeiras, ou seja, o envolvimento em questões sociais que não sejam consideradas como parte principal do seu negócio (Herzig & Schaltegger 2005; Wild, 2002), como o envolvimento em catástrofes naturais,

fenómenos que colocam em risco o esforço para se alcançar o DS (Twigg, 2001).

Portanto, propõe-se neste estudo analisar a relevância dos RS, enquanto instrumento de prestação de contas de atividades baseadas na responsabilidade social das empresas, associado às catástrofes naturais. Após uma breve discussão do conceito de relatórios de sustentabilidade, responsabilidade social, sem descurar a relação entre o reporte e o DS, revisa-se estudos anteriores sobre o reporte de atividades relacionadas com as catástrofes naturais baseadas na responsabilidade social das empresas. Por fim, apresenta-se uma conclusão do trabalho.

2. O REPORTE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Existem diferentes definições para Relatórios de Sustentabilidade (RS). Wood (1991) concebe os RS como a divulgação metódica de informações sobre os princípios de responsabilidade social de uma empresa, processos de responsabilidade social e impactos associados às atividades sociais da empresa. Por sua vez, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem sido encarada como iniciativa que visa beneficiar a sociedade de forma voluntária (McWilliams & Siegel, 2001) ou como uma estratégia corporativa (Michael, 2003) para melhorar a imagem da empresa (Fankental, 2001).

O reconhecimento da responsabilidade social que as empresas devem assumir é importante, mas não é suficiente. Faz-se necessário disponibilizar ou comunicar informações sobre estas atividades aos seus *stakeholders*.

Portanto, tanto “o que comunicar” quanto o “como comunicar” são fatores essenciais que colaboram para a eficácia da comunicação de RSE (Kim & Ferguson, 2014: p. 2). No seu modelo de comunicação de RSE, Du et al. (2010) sugerem que tanto o conteúdo da mensagem quanto os canais de comunicação contribuem para diversos resultados. Assim, as empresas devem enfatizar o seu envolvimento em causas sociais, incluindo o comprometimento, o impacto, os motivos e a adequação, no conteúdo da mensagem de RSE (Du et al., 2010). Gray, et al. (1997) sugerem o aprimoramento do processo de relato dos efeitos sociais, éticos e ambientais de suas ações para grupos de interesses específicos. Esta responsabilidade atende as expectativas económicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem das organizações (Font et al., 2016).

O enfoque na informação e o envolvimento dos grupos de *stakeholders* abarca de facto a comunicação de um adequado fluxo de informação através de canais apropriados, com foco em conteúdos importantes (Torelli et al., 2020). Neste contexto, o reporte da sustentabilidade pode representar um compromisso com a sociedade, por meio de relatos de informações transparentes importantes para aumentar a legitimidade (Herzig & Schaltegger, 2006). Ademais, há quem defenda que os RS contribuem para a sustentabilidade corporativa (Lozano & Huisinigh, 2011).

Assim, para explicar a responsabilidade social as empresas devem definir o seu instrumento de prestação de contas (Adams, 2008) ao passo que o dever de prestação de contas atende as expectativas da sociedade e demonstra a aceitação dessa

responsabilidade pela empresa (Gray et al., 1997). Por isso, muitas empresas em todo mundo implementaram gradualmente os relatórios sociais e de sustentabilidade para estabelecer um canal positivo de comunicação de sua responsabilidade para as partes interessadas (Hsu et al., 2013; Lozano, 2013). De facto, o reporte de informações não financeiras tornou-se numa das melhores formas de comunicar as iniciativas baseadas em RSE, tornando as partes interessadas cientes dos esforços da responsabilidade social (Morsing & Schultz, 2006) e simultaneamente, com base nas características comuns da materialidade ajudam as empresas a divulgar uma imagem verdadeira e justa de si mesmas (Brennan & Gray, 2005).

Apesar da natureza voluntária, as diretrizes que norteiam a elaboração dos relatórios de Sustentabilidade decorrem de normas, declarações, princípios universais e convenções universalmente aceites, como previstos, por exemplo, no Pacto Global (Braga & De Sinay, 2020; GRI, 2018) e UN Global Compact. A estrutura dos relatórios deve ser concebida obedecendo a um conjunto de padrões (indicadores) confiáveis e razoáveis através do qual as empresas atendem a necessidade de informação a um conjunto diversificado de *stakeholders* e permite a comparabilidade entre as empresas (Prado-Lorenzo et al., 2009; Lozano & Huisinigh, 2011; Modapothala & Issac, 2009).

Neste âmbito, o Relatório Integrado¹ foi proposto para melhorar

¹ O *International Integrated Reporting Council* desenvolveu o Relatório Integrado, com lançamento internacional da primeira estrutura em dezembro de 2013. Este modelo é uma iniciativa conjunta do *The PwC's Accounting for Sustainability Project* (A4S) e o *Global Reporting Initiative* (GRI) (Rizzi et al., 2019).

a transparência global das empresas e é estruturado com informações qualitativas e quantitativas de caráter sustentável sobre áreas específicas e integradas, constituindo um conjunto completo de informações relevantes, desse modo, o *disclosure* auxilia as partes interessadas na tomada de decisões (Cortesi & Vena, 2019; Perez Junior et al., 2014; Rizzi et al., 2019).

No entanto, evidências empíricas do estudo de Schreck & Raithel (2018: p. 770) sugerem os RS como “apenas um indicador imperfeito sobre as atitudes das empresas em relação à sustentabilidade e seu desempenho real”. Ou seja, coloca-se em causa a credibilidade desses relatórios, uma vez que a informação divulgada pode não corresponder às práticas de responsabilidade social (Chow & Chen, 2012) devido a falta de confirmação.

3. O REPORTE SOBRE AS CATÁSTROFES NATURAIS

Nos últimos anos, o mundo tem estado a enfrentar crises económicas e inúmeras catástrofes naturais a nível global. Catástrofe natural pode ser definida como “uma situação ou evento que supera a capacidade local, necessitando de solicitação no nível nacional ou internacional para assistência externa; é um evento imprevisto e muitas vezes repentino que causa grandes danos, destruição e sofrimento humano” (CRED, 2022).

Os dados estatísticos sobre os efeitos das catástrofes apontados pelo banco de dados de eventos de emergência (EM-DAT) mantido pelo Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres (CRED) também permitem relacionar os fatos e os números, tornando possível a sua análise e mitigação. De fato, a

ocorrência de terremotos, inundações, temperaturas extremas (por exemplo, ondas de calor), incêndios, tufões e furacões, entre outras, são estatísticas que estão cada vez mais documentadas e refletidas nos relatórios do EM-DAT's ao longo dos anos (por exemplo, CRED, 2017-2022). Nos últimos seis anos, entre 2017-2022, registaram 2254 ocorrências de perigos e desastres naturais em todo o mundo, resultando na perda de 89.492 vidas e afetando 644,6 milhões de indivíduos. As perdas económicas totalizaram cerca de US\$1216,10 bilhões (CRED, 2017-2022) (veja a figura n.º 1). Portanto, as trágicas consequências de tais catástrofes incentivam a intervenção das empresas (Shi, 2020) que, através da sua responsabilidade social, podem desempenhar papéis sociais importantes, tais como atividades pró-ambientais, doações de caridade e voluntariado comunitário (Du et al., 2010 ; Gaither et al., 2018 ; Scherer & Palazzo, 2007).

A literatura científica aponta vários fatores que podem influenciar o envolvimento e a comunicação estratégica de responsabilidade social das empresas (Carroll, 1991; Fankental, 2001; Johnson, et al., 2011; Roberts, 2003; Ward, 2001). Analisando especificamente a resposta das empresas no contexto de catástrofes, as motivações podem ser amplas: pode ser baseado na necessidade de proteger os seus ativos ou objetivos mais altruístas, como reconhecer que têm responsabilidade moral de serem cidadãos corporativos socialmente responsáveis (Johnson et al., 2011). Independentemente dos motivos pelos quais as empresas se esforçam em iniciativas de apoio à gestão de emergência, evidências empíricas sugerem que seja “pouco provável que tal

postura tenha sido inspirada apenas pela filantropia”, afirmou Henderson (2007: p.236). Há quem considere que “tais atividades se enquadram sob o disfarce de RSE” (Johnson et al., 2011: p. 353), por causa das demonstrações de simpatia em palavras e ações das empresas, que são essenciais na construção da reputação corporativa de boa cidadania (Henderson, 2007).

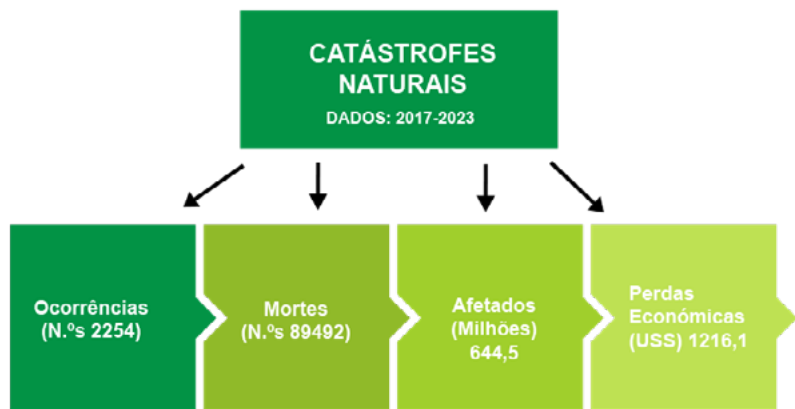


Figura 1. Consequências de catástrofes naturais (2017-2022) fonte: (CRED, 2017-2022).

Todavia, de acordo com He et al. (2022, p.1) “RSE é especialmente importante e valiosa em tempos de crise que atingem uma ampla gama da economia, como as catástrofes naturais”. A literatura sobre os relatórios de sustentabilidade, no que se refere ao envolvimento em catástrofes baseados na responsabilidade social torna-se especialmente relevante, quanto maior a gravidade dessas catástrofes, pelo facto de as pessoas se estabelecerem em lugares cada vez mais perigosos (Trindade & Santos, 2021). Assim, na lente de Herzig & Schaltegger (2006: p. 301) alcançar o DS requer “participação e, por sua vez, não há participação

sem divulgação de questões e atividades relevantes para a sustentabilidade”.

A expressão “participação” pode remeter para a discussão sobre o (suposto) envolvimento das empresas nas catástrofes associadas aos fenómenos naturais.

Desse modo, a intervenção das empresas em alívio das consequências provocadas pelas catástrofes, como parte inalienável da responsabilidade social, abre o caminho para as empresas se envolverem em uma área onde antes apenas os organismos internacionais como a ONU, governos e ONGs tinham espaço (He et al.,2022). As empresas podem desempenhar um papel essencial no apoio à comunidade, de modo abrangente, em atividades de gestão de risco e na mobilização de recursos humanos e financeiros, bem como de materiais para utilização durante um evento natural (Issar et al., 2012).

Por conseguinte, a expressão “não há participação sem divulgação de questões e atividades relevantes para a sustentabilidade” parece apontar para o papel do reporte dos (supostos) esforços das empresas no sentido de mitigar os impactos das catástrofes naturais feitos no âmbito da “participação” ou contribuição para o DS. Conforme referido por Godfrey et al. (2009: p. 428), “qualquer atividade socialmente responsável só pode se tornar efetiva se for de conhecimento público por meio de auto-revelação ou relatos de terceiros.” Por isso, Herzig & Schaltegger (2006: p.301) afirmam que “não há participação sem divulgação”, o que enfatiza o papel dos relatórios de sustentabilidade empresarial como meio de comunicação. Daub (2007) pondera que os RS respondem a

necessidade de informação para um público exigente que exige comportamentos éticos e responsáveis, ou seja, são mecanismos pelo qual a empresa assegura aos *stakeholders* a capacidade que possui em gerar valor agregado, além da perspectiva económica. Estudos anteriores sugerem o envolvimento de grandes empresas em atividades baseadas na responsabilidade social associada às catástrofes naturais. Por exemplo, a análise de conteúdo nos RS das empresas da Fortune 100, no estudo de Johnson et al. (2011) constatou-se que as empresas como a Walmart, em 2005, responderam ao furacão Katrina que atingiu a Louisiana e Mississipi, nos EUA, fornecendo recursos financeiros para auxiliar na resposta e recuperação de catástrofes, ao passo que as empresas farmacêuticas reportaram doações em espécie, de medicamentos e suprimentos médicos. As evidências empíricas reforçam essa compreensão. Os resultados do estudo de uma amostra constituída por 3.298 empresas chinesas listadas no período de 2011 a 2019 realizado por He et al. (2022) sugerem que a presença de catástrofe natural grave está positivamente associada a um maior relato sobre o desempenho de iniciativas de RSE nas províncias chinesas.

4. CONCLUSÃO

A revisão da literatura sugere que os Relatórios de Sustentabilidade são instrumentos de prestação de contas de cariz não financeiro considerados importante para o reporte da responsabilidade social, ou seja, o envolvimento em causas que beneficiam a sociedade. No contexto das catástrofes naturais,

estudos apontam a utilização desse canal de comunicação para relatar o envolvimento das empresas em atividades de ajuda. O reporte da responsabilidade social responde à necessidade de informação para um público cada vez mais exigente e atento ao comportamento ético e responsável das empresas, no que se refere ao suposto contributo para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável, ao mesmo tempo em que gerem a sua reputação.

REFERÊNCIAS

- Adams, C. A. (2008). A commentary on: corporate social responsibility reporting and reputation risk management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(3), 365-370.
- Bebbington, J., Gray, R. (1997). An account of sustainability: Failure, success and a reconception. *In Interdisciplinary Perspectives on Accounting Conference Proceedings 1*, University of Manchester, pp.1.10.1-17.
- Burritt, R.L, S. Schaltegger (2010). Sustainability accounting and reporting: fad or trend? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23, pp. 829-846.
- Braga, I. L., de Sinay, M. C. F. (2020). Fatores motivadores para elaboração de relatórios de sustentabilidade. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 14(3), 78-93.
- Brennan, N., Gray, S. (2005). The impact of materiality: Accounting's best kept secret. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*, 1, 1-31.
- Carroll A. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons* 34: 39-48.

- Cortesi, A., Vena, L. (2019). Disclosure quality under integrated reporting: a value relevance approach. *Journal of Cleaner Production*, 220, 745-755.
- Chen, S., Bouvain, P. (2009). Is corporate responsibility converging? A comparison of corporate responsibility reporting in the USA, UK, Australia, and Germany. *Journal of business ethics*, 87, 299-317.
- Chow, W. S.; Chen, Y. (2012). Corporate Sustainable Development: Testing a New Scale Based on the Mainland Chinese Context. *Journal of Business Ethics*, v. 105, n. 4, p. 519-533.
- CRED (2017). Center for Research on the Epidemiology of Disasters. 2017: disasters in numbers. https://cred.be/sites/default/files/2017_EMDAT_report.pdf
- CRED (2018). Center for Research on the Epidemiology of Disasters. 2018: disasters in numbers. https://cred.be/sites/default/files/2018_EMDAT_report.pdf
- CRED (2019). Center for Research on the Epidemiology of Disasters. 2019: disasters in numbers. https://cred.be/sites/default/files/2019_EMDAT_report.pdf
- CRED (2020). Center for Research on the Epidemiology of Disasters. 2020: disasters in numbers. https://cred.be/sites/default/files/2020_EMDAT_report.pdf.
- CRED (2021). Center for Research on the Epidemiology of Disasters. 2021: disasters in numbers. https://cred.be/sites/default/files/2021_EMDAT_report.pdf
- CRED (2022). Center for Research on the Epidemiology of Disasters. 2022: disasters in numbers. https://cred.be/sites/default/files/2022_EMDAT_report.pdf
- Daub, C. H. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15(1), 75-85.
- Du, S., Bhattacharya, C. B., and Sen, S. (2010). Maximizing business returns to corporate social responsibility (CSR): The role of CSR communication. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), 8-19.
- Fankental P. (2001). Corporate social responsibility—A PR invention? Corporate communications: *An International Journal* 6: 18-23.
- Font, X., Guix, M., and Bonilla-Priego, M. J. (2016). Corporate social responsibility in cruising: Using materiality analysis to create shared value. *Tourism Management*, 53, 175-186.
- Gaither, B. M., Austin, L., and Schulz, M. (2018). Delineating CSR and social change: Querying corporations as actors for social good. *Public Relations Inquiry*, 7(1), 45-61.
- Godfrey P. C., Merrill C. B., Hansen J. M. (2009). The relationship between corporate social responsibility and shareholder value: An empirical test of the risk management hypothesis. *Strategic Management Journal*, 30, 425-445.
- Guthrie, J., Hacking, T. (2008). A framework for clarifying the meaning of Triple Bottom-Line, Integrated, and Sustainability Assessment. *Environmental Impact Assessment Review* 28 (2-3), pp. 73-89.
- Gladwin, T.N., Kennelly, J.J. and Krause T. (1995). Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. *Academy of Management Review*, 20 (4): 874-907.
- Gray, R., Dey, C., Owen, D., Evans, R., and Zadek, S. (1997). Struggling with the praxis of social accounting: Stakeholders, accountability, audits

- and procedures. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 10(3), 325-364. <https://doi.org/10.1108/09513579710178106>
- GRI (2018). Database. Sustainability Disclosure Database, 2018? Versão online, Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em 11 fevereiro 2023.
- Hahn, R., Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of cleaner production*, 59, 5-21.
- Henderson, J. C. (2007). Corporate social responsibility and tourism: Hotel companies in Phuket, Thailand, after the Indian Ocean tsunami. *International Journal of Hospitality Management*, 26(1), 228-239.
- He, Z., Guo, B., Shi, Y.; Zhao, Y. (2022). Natural disasters and CSR: Evidence from China. *Pacific-Basin Finance Journal*, 101777.
- Herzig, C. Schaltegger, S. (2006). Corporate Sustainability reporting: an overview S. Schaltegger, M. Bennett, R.L. Burritt (Eds.), *Sustainability Accounting and Reporting*, Springer, Dordrecht, pp. 301-324.
- Herzig C, Schaltegger S (2005). Nachhaltigkeitsberichterstattung von Unternehmen in Michelsen G and Godemann J Nachhaltigkeitskommunikation München, Oekom 577-587.
- Hsu, C. W., Lee, W. H., and Chao, W. C. (2013). Materiality analysis model in sustainability reporting: A case study at Lite-On Technology Corporation. *Journal of Cleaner Production*, 57, 142-151. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.05.040>
- Issar, R., Marthur, N.B., Padmanabhan, G. (2012). Disaster risk management and the role of corporate sector- The Indian Perspective Johnson, B. R., Connolly, E.; Carter, T. S. (2011). Corporate social responsibility: The role of Fortune 100 companies in domestic and international natural disasters. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 18(6), 352-369.
- Kim, S., & Ferguson, M. T. (2014). Public expectations of CSR communication: What and how to communicate CSR *Public Relations Journal*, 8(3), 1-22.
- Kolk, A. (2004). A decade of sustainability reporting: developments and significance. *International Journal of Environment and Sustainable Development* 3 (1), pp. 51-64.
- Kolk, A. (2005). Environmental Reporting by Multinationals from the Triad: Convergence or Divergence? *Management International Review* 45, pp. 145-66.
- KPMG (2008). International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008. *KPMG International*, Netherlands.
- Larrinaga C., Carrasco, F., Correa, C., Llena, F. and Moneva, J. (2002). Accountability and accounting regulation: the case of the Spanish environmental disclosure standard. *The European Accounting Review* 11 (4), pp. 723-40.
- Larrinaga, C., Archel, P. and Fernández, M. (2008). The Organizational and Operational Boundaries of Triple Bottom Line Reporting: A Survey. *Environmental Management* 41, pp. 106-17.
- Lins, L. D. S., & Silva, R. N. S. (2010). Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 4(1).

- Lozano, R. Huisingh, D. (2011). Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production* 19: 99-107.
- Lozano, R. (2013). Sustainability inter-linkages in reporting vindicated: A study of European companies. *Journal of Cleaner Production*, 51, 57-65.
- Michael B. (2003). Corporate social responsibility in international development: an overview and critique. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management* 10: 115-128.
- Modapothala, J. R. and Issac B (2009). Study of Economic, Environmental and Social Factors in Sustainability Reports Using Text Mining and Bayesian Analysis, *Symposium on Industrial Electronics and Application* (ISIEA), Vol. 1, pp. 209-214.
- Morsing, M., and Schultz, M. (2006). Corporate social responsibility communication: stakeholder information, response and involvement strategies. *Business Ethics: A European Review*, 15(4), 323-338.
- McWilliams A, Siegel D. (2001). Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. *Academy of management review* 26: 117-127.
- Perez Junior, J. H., Oliveri Neto, R. O., Silva, C. A. (2014). Relatório integrado: integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos. São Paulo: *Atlas*.
- Prado-Lorenzo, J.M, Gallego-Alvarez I., Garcia-Sanchez, I.M. (2009). Stakeholder engagement and corporate social responsibility reporting: the ownership structure effect. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management* 16: 94-107.
- Roberts J. (2003). The manufacture of corporate social responsibility: Constructing corporate sensibility. *Organization* 10: 249-265.
- Romeiro, A. R. (2012). Desenvolvimento sustentável: Uma perspectiva económico-ecológica. *Estudos avançados*, 26, 65-92.
- Rizzi, D. I., Mazzioni, S., de Moura, G. D., and Oro, I. M. (2019). Fatores determinantes da conformidade dos relatórios integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo International Integrated Reporting Council. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 13(1), 21-39.
- Scherer, A. G., and Palazzo, G. (2007). Toward a political conception of corporate responsibility: Business and society seen from a Habermasian perspective. *Academy of Management Review*, 32(4), 1096-1120.
- Schreck, P., and Raitchel, S. (2018). Corporate Social Performance, Firm Size, and Organizational Visibility: Distinct and Joint Effects on Voluntary Sustainability Reporting. *Business & Society*, 57(4), 742-778.
- Shi, D. (2020). How do businesses help during natural disasters? A content analysis of corporate disaster aid on Twitter. *International Journal of Strategic Communication*, 14(5), 348-367.
- Torelli, R., Balluchi, F., and Furlotti, K. (2020). The materiality assessment and stakeholder engagement: A content analysis of sustainability reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(2), 470-484.
- Tinoco, J. E. P., and Kraemer, M. E. P. (2004). Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas.
- Trindade, J., Santos P. P. (2021). A globalização do risco de desastres o desenvolvimento sustentável. *CIÊNCIAVITAE*, Portugal.
- Twigg, J. (2001). Corporate social responsibility and disaster reduction: A global overview. Benfield Greig Hazard Research Centre, *University College*, London.
- Ward S. (2001). Exploring the role of the corporate risk manager. *Risk Management* 3: 7-25.

- Weber, J.; Marley, K. A. (2012). In search of stakeholder salience: exploring corporate social and sustainability reports. *Business & Society*, v. 51, n. 4, p. 626-649.
- Wild, W. (2002). Nachhaltigkeitsberichterstattung in BUND and UnternehmensGrün Zukunfts fähige Unternehmen: Wege zur nachhaltigen Wirtschaftsweise von Unternehmen München, *Oekom* 95-107.
- Wood, D. J. (1991). Corporate Social Performance revisited. *The Academy of Management Review*, 16(4), 691-718.
- WCSD (1987). O Nosso Futuro Comum, Meribérica. Lisboa: Portugal.

